
**ANÁLISE DO DISCURSO NA PERSPECTIVA DA INTERPRETAÇÃO SOCIAL
DOS DISCURSOS: UMA POSSIBILIDADE ABERTA AOS ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS**

Christiane Kleiübing Godoi
(UNIVALI)

Sumário: 1. Introdução; 2. As primeiras perspectivas da análise do discurso: análise do conteúdo e análise semiótica; 3. A terceira perspectiva da análise do discurso: a interpretação social dos discursos; 4. A análise do discurso e teoria psicanalítica. sobre a interpretação do discurso na investigação social; 5. Considerações finais.

RESUMO

A complexidade do campo da Análise do Discurso pode ser atribuída ao seu caráter interdisciplinar, com raízes e desenvolvimentos em disciplinas das ciências humanas e sociais, como a Linguística, a Semiótica, os Estudos Literários, a Antropologia, a Sociologia, a Teoria da Comunicação, a Psicologia Social e Cognitiva e a Inteligência Artificial. Além da diversidade constitutiva, há, sob a denominação de análise do discurso, numerosas linhas analíticas, tendências e modelos distintos que, pretendendo instaurar-se como hegemônicos ou exclusivos, não situam a si próprios no contexto histórico e epistemológico. Como consequência, acabam por produzir uma ausência de clareza, não apenas acerca da vinculação dos modelos entre si e com as disciplinas originárias, mas em torno da compreensão do que seja esse tipo crucial de análise qualitativa. Classifica-se a variedade de abordagens de análise do discurso em três perspectivas básicas: a informacional-quantitativa, a estrutural-textual e a social-hermenêutica, também denominada interpretação social dos discursos. Este ensaio pretende buscar a delimitação da Análise do Discurso no espaço metodológico-epistemológico dos Estudos Organizacionais. Recorre-se à Teoria Psicanalítica naquilo em que ela pode ampliar a compreensão da metodologia da Análise do Discurso, especificamente no que se refere ao fenômeno da interpretação.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Estudos Organizacionais; Teoria Psicanalítica; Metodologia de Pesquisa.

ABSTRACT

The complexity of the field of discourse analysis can be attributed to its interdisciplinary nature (with its roots and developments in the disciplines of human and social sciences, such as linguistics and semiotics, literary studies, anthropology, sociology, communications theory, social and cognitive psychology and artificial intelligence). Besides the diversity of its constitution, the denomination discourse analysis also embraces numerous analytical lines of reasoning, trends, and distinct models which, attempting to establishing themselves as hegemonic or exclusive, do not in themselves form part of the historical and epistemological context of language sciences. As a result, they end up producing a lack of clarity, not only in terms of the connection between the models themselves, and among the originating disciplines, but also in terms of understanding what constitutes this crucial type of qualitative

analysis. This work classifies the various perspectives on discourse analysis into three basic levels: an informational-quantitative level, a structural-textual level and a social-hermeneutic level, also denominated discourse ethnomethodology. This work focuses on the descriptive resolution and critical analysis of each of these levels, elaborating a way of delimiting discourse analysis within the methodological-epistemic space of organizational studies. Psychoanalytical theory enlarges the understanding of analysis discourse methodology, mainly about the interpretation phenomenon.

Key-words: Discourse Analysis; Organizational Studies; Research Methodology; Psychoanalytical Theory.

1. INTRODUÇÃO

Enfocando os processos sociais como processos de produção de signos, a visão qualitativa em ciências sociais tem como uma de suas escolhas mais habituais a Análise do Discurso. Van Dijk (2004, p. 9) ressalta que recentemente diversas disciplinas das ciências humanas e sociais têm demonstrado interesse crescente no estudo do discurso. Haidar (1998, p.118) atribui a ascensão da Análise do Discurso dentro do campo das ciências sociais e das ciências da linguagem a duas razões principais: o caráter interdisciplinar das ciências sociais entre si e, em complementaridade com a Linguística, associado à importância dos discursos em qualquer prática humana; e a valorização crescente nas ciências sociais da dimensão pragmática inerente à Análise do Discurso.

Embora tenha sido originariamente vinculada à Filosofia da Linguagem, a Análise do Discurso constitui hoje um complexo metodológico fragmentado em diversas escolas e tendências epistemológicas diversas. A complexidade do campo da Análise do Discurso é atribuída ao seu caráter essencialmente interdisciplinar, com raízes e desenvolvimentos em disciplinas das ciências humanas e sociais, como a Linguística, a Semiótica, os Estudos Literários, a Antropologia, a Sociologia, a Teoria da Comunicação, a Psicologia Social e Cognitiva e a Inteligência Artificial.

No entanto, além da diversidade constitutiva, há – sob a denominação de análise do discurso – numerosas linhas analíticas, tendências e modelos distintos que, pretendendo instaurar-se como hegemônicos ou exclusivos, não situam a si próprios no contexto histórico e epistemológico das ciências da linguagem, e

acabam por produzir uma ausência de clareza, não apenas acerca da vinculação dos modelos entre si e com as disciplinas originárias, mas em torno da compreensão do que seja esse tipo crucial de análise qualitativa.

Um exemplo dessa multiplicidade dissonante é o próprio conceito de discurso – categoria-chave nos desenvolvimentos teóricos diversos – que, entretanto, não está unificado, como já mostrava Mainguenu (1976, p. 11), ao analisar algumas das acepções mais relevantes do conceito. Mainguenu (1976) constantemente discute a dificuldade que tem a Análise do Discurso em definir o seu objeto. Abril (1994, p. 429) acredita que essa diversidade, longe de desalentar o projeto de uma Análise do Discurso sistematizada, pode ser o seu principal motor.

A Análise do Discurso apresenta assim definições muito variadas, desde a definição mais genérica de Brown e Yule (1993, p. 1) – “a análise do uso da língua” – às concepções mais atuais de Van Dijk (1990, p. 15) – “o estudo do uso real da linguagem, por locutores reais em situações reais”. Mainguenu (1997b, p. 3) observa que, sobretudo, nos países anglo-saxônicos, muitos autores identificam, em maior ou menor grau, análise do discurso à análise conversacional, abrangendo um domínio mais vasto que o da conversação no sentido estrito, incluindo aspectos não verbais da comunicação. A partir dessa identificação, a Análise do Discurso ultrapassaria os limites da análise das interações verbais, definindo-se como uma atividade fundamentalmente interacional.

Quanto aos principais modelos de Análise do Discurso – sem pretender abarcar um inventário completo – Haidar (1998, p. 141) catalogou trinta e quatro modelos, considerados principais, dentro de dez tendências diferentes. Dentre os modelos mais conhecidos, estão o modelo transformacional de Chomsky (tendência americana); o modelo da filosofia, de Austin e Searle (tendência britânica); os modelos pragmático, de Habermas, e hermenêutico, de Gadamer (tendência alemã); e os modelos da escola francesa de Análise do Discurso.

A partir do desenvolvimento histórico e da consideração das diferentes direções da Análise do Discurso, Van Dijk (1990, p. 43) elabora a seguinte caracterização atual baseada na integração dos novos desenvolvimentos da Análise do Discurso: a) transdisciplinariedade (a focalização inicial sobre a Lingüística foi ampliada especialmente para as Ciências Sociais); b) descrição textual e contextual (os métodos formais de descrição textual foram complementados com a descrição das

dimensões cognitivas, sociais e culturais do uso da linguagem); c) interesse pela fala da cotidianidade (do interesse pelos textos fixos e escritos aos tipos orais e dialógicos da fala); d) interesse pela multiplicidade de gêneros do discurso (não mais restritos apenas à conversação e ao relato, mas incluindo outros gêneros discursivos, tais como o discurso oficial, as entrevistas e a publicidade); e) abertura da base teórica (especialmente à Gramática Formal, à Lógica e à Inteligência Artificial). A caracterização de Van Dijk (2005) acerca da Análise do Discurso contemporânea oportuniza metodologicamente a utilização da Análise do Discurso no cenário dos Estudos Organizacionais.

O discurso não pode ser analisado no vácuo contextual, lembra Lakoff (2005), é inerente à vida social (GRIMSHAW, 2005). Por sua vez, o espaço metodológico ao qual se dedicam os Estudos Organizacionais é transpassado pelas práticas discursivas escritas, faladas e interacionais (GIRIN, 1990; BROEKSTRA, 1998). O discurso no cenário organizacional vem sendo, nos últimos anos, tomado como objeto de estudo (WEESTOOD e LINSTAED, 2001; WEESTOOD e LINSTAED, 1998; THATCHENKERY, 2001; WOODILLA, 1998).

Diante da postura atual de abertura transdisciplinar, reagem os lingüistas: “ao meu ver, talvez fosse necessário explicar a presença de não-lingüistas em tarefas desta natureza. Mas isto, evidentemente, se deve à minha concepção do que seja uma análise do discurso, em resumo, uma tarefa, antes de mais nada, lingüística.”, reivindica Possenti (2001, p. 31). A Análise do Discurso na França é, sobretudo, – isto desde 1965, aproximadamente – assunto de lingüistas, de historiadores e de alguns psicólogos, reforça Mainguenu (1997, p. 11). A superação da exclusividade reivindicada pelos lingüistas permite a reflexão no campo das ciências sociais sobre a ampliação da base teórica e metodológica da Análise do Discurso para os Estudos Organizacionais, incorporando os aspectos cognitivos, culturais e sociais da linguagem.

Ainda que o amplo inventário construído por Haidar (1998) nos sirva de referencial orientador, não procederemos a uma utilização completa de todos os modelos catalogados. Optamos – em função da sinteticidade e abrangência epistemológica – por uma aproximação à variedade de abordagens e modelos de Análise do Discurso em três perspectivas básicas propostas por Alonso (1998). Focalizaremos neste artigo a descrição e a análise de cada uma destas perspectivas – a informacional-quantitativa (análise do conteúdo), a estrutural-textual (análise semiótica) e a social-hermenêutica

(interpretação social dos discursos). Um evidente destaque é concedido à terceira perspectiva, uma vez que a via analítica dos discursos que se está buscando no campo organizacional distancia-se em essência das primeiras vias (análise do conteúdo e análise semiótica), em virtude de não pretendermos desenvolver uma análise interna de textos, e sim uma reconstrução dos sentidos dos discursos e dos interesses dos sujeitos na organização. Este artigo pretende contribuir para a delimitação do espaço metodológico-epistemológico da Análise do Discurso nos Estudos Organizacionais, constituindo-se como um ensaio teórico, reflexivo e conceitual, desprovido da pretensão de sistematizar ou prescrever a utilização do método.

Por ser interpretativa, a prática da análise do discurso não pode ser reduzida a uma série de passos ou procedimentos técnicos aplicados mecanicamente (BILLIG, 1997, p. 39). A Análise do Discurso não é uma metodologia como as demais, é uma ampla e teórica abordagem transdisciplinar. A inexistência de regras sistemáticas de condução e a desvinculação, tanto da fixação do sentido, quanto da arbitrariedade da interpretação constituem elementos em comum entre a Análise do Discurso e a prática psicanalítica – motivo que nos leva a recorrer à Teoria Psicanalítica naquilo em que ela possa se aproximar, detalhar e ampliar a compreensão da metodologia da Análise do Discurso, notadamente sobre o desenvolvimento em torno do fenômeno da interpretação discursiva.

2. AS PRIMEIRAS PERSPECTIVAS DA ANÁLISE DO DISCURSO: ANÁLISE DO CONTEÚDO E ANÁLISE SEMIÓTICA

A primeira perspectiva de Análise do Discurso é considerada correlata da análise do conteúdo, e assim designada, uma vez que é nesta dimensão que se desenvolvem os métodos de análise do conteúdo (BARELSON, LASWELL e OSGOOD apud ALONSO, 1998). Não há uma independência metodológica, portanto, entre a metodologia de análise do conteúdo e a de análise do discurso. A denominação análise do conteúdo é, portanto, sinônimo da perspectiva informacional-quantitativa de análise do discurso, ainda que Ibáñez (1986) mencione a análise do conteúdo como uma dupla vertente analítica, que se abre em: a análise quantitativa do conteúdo manifesto; e a análise qualitativa do conteúdo latente.

A perspectiva informacional-quantitativa é a análise mais imediata,

descritiva, quantitativa e exploradora da dimensão manifesta dos textos. Através da busca de distâncias ou proximidades semânticas, o texto é convertido em um espaço de frequências, de repetições e associações entre palavras, tornando-se alvo do arsenal de ferramentas estatísticas (ALONSO, 1998, p. 189). Trata-se de uma análise de relações e de correlações geradoras de cadeias semânticas que não são mais do que o correlato lingüístico das cadeias estatísticas (VALLES, 1997, p. 97). A explicação, por sua vez, não é outra coisa que a geração de um sistema de relações e correlações externas entre as categorias proliferadas pelo próprio sistema de contagem e medida. (ALONSO, 1998, p. 191).

A palavra é a unidade central e básica desta análise de conteúdo, e o texto é reduzido a um conjunto acumulado de palavras desprovidas de significado simbólico, uma vez que o que se pretende é uma operação aditiva. Inclusive, como lembra Valles (1997, p. 97), a condição para que a palavra se converta em sinal é a perda de qualquer sentido múltiplo, plurissignificativo ou polissêmico.

Para análise do conteúdo, não há sujeito na leitura do texto; não há interpretação, senão descrição e objetivação dos componentes. A pretensão declarada de objetividade do processo permite-se desconsiderar a subjetividade do analista e os elementos contextuais. Como denuncia Alonso (1998, p. 98), este nível explícito de dimensão semântica exclui totalmente a dimensão pragmática. A distinção mais conhecida entre Sintaxe, Semântica e Pragmática é retomada por Julio (1998, p. 7): a Sintaxe estuda a relação mútua entre os signos; a Semântica analisa a conexão entre os signos e os objetos a que se aplicam; e a Pragmática se ocupa da relação existente entre os signos e os usuários. "As relações dos signos com seus intérpretes", diria Morris (apud BROWN e YULE, 1993, p. 47) sobre a Pragmática. As regras que especifiquem que combinações de expressões são corretas e quais não constituem o objeto da Sintaxe; a que entidades se referem certas expressões, como significam outras e quando dizemos coisas verdadeiras ou falsas são o objeto semântico; e como influem os falantes da língua e os contextos de usos na hora de fazer coisas com palavras caracterizam os estudos pragmáticos (FRAPOLLI y ROMERO, 1998, p. 21-22).

Substituindo a imprecisão constitutiva da linguagem por uma suposta precisão forjada, a análise do conteúdo produz a perda da dimensão subjetiva e relacional da linguagem, onde reside toda a sua profundidade e espessura. Ao

negligenciar o processo de produção social do sentido, esta primeira perspectiva da análise do discurso converte-se em um conjunto de referências lexicométricas e demonstra uma vontade simplificadora do fenômeno da linguagem. Em princípio, poderíamos situar a análise do conteúdo como bordeando o limite entre o qualitativo e o quantitativo. Alonso (1998, p. 193), em sua rigorosa crítica a esta abordagem, por ele denominada de informação sem comunicação, entende que, por sua lógica e por sua sistemática de atuação, trata-se de um método eminentemente quantitativo aplicado sobre algo que é radicalmente qualitativo, a linguagem.

A segunda perspectiva de aproximação à Análise do Discurso nomeada por Alonso (1998, p. 189) – a estrutural-textual – surge como alternativa ao modelo informacional-quantitativo, constituído por um bloco de perspectivas “etiquetadas” como “semiótica textual”, “semiótica discursiva”, “semiótica estrutural”, “sociosemiótica” ou “análise semiótica dos discursos”. Este conjunto semiótico apresentou-se, por vezes, sob um caráter unidisciplinar (é o caso da chamada Escola de Paris). Porém, uma segunda versão do projeto semiótico combinou as perspectivas da Investigação Narratológica (Greimas, Bremond, Genette), das Teorias da Enunciação (Bakhtin, Benveniste, Ducrot), da Semântica da Cultura (Lotman, Uspenski), dos enfoques pragmáticos da Filosofia Analítica (Wittgenstein, Austin, Grice, Searle, Strawson.), da Teoria do Texto (Van Dijk, Petöfi) e da Sociologia Fenomenológica (Goffman, Garfinkel, Cicourel) (ABRIL, 1994, p. 430).

A diversidade encontrada dentro da perspectiva estrutural de Análise do Discurso e a dispersão de seus modelos, envolvendo escolas e autores reconhecidos dentro da análise semiótica, não são fatores impeditivos da crítica acerca da essência do trabalho estruturalista em Análise do Discurso que, como generaliza Alonso (1998, p. 196), tende a ser sempre a mesma. Desde Saussure e Propp, até Barthes, Todorov, Kristeva, Greimas e um largo et cetera, há uma tentativa em comum de se encontrarem isomorfismos ou equivalentes estruturais em línguas, fenômenos, textos ou, até mesmo, sociedades (ALONSO, 1998, p. 196).

Há que se reconhecer, no entanto, a existência de dois momentos dentro da análise semiótica dos discursos. Um primeiro momento é identificado com a aproximação saussureana, centrado no signo e desconsiderador tanto do enunciado quanto da enunciação e do discurso. Confinada ao âmbito das mensagens, a “semiótica dos códigos” (ABRIL, 1994, p. 430) busca a

dissecação dos textos em unidades mínimas de sentido. Uma vez que a enunciação foi submersa, os sujeitos da enunciação passam a ser simples reprodutores do sistema de articulação de signos. Pela dissociação entre os elementos do discurso e os da intersubjetividade e intertextualidade, a análise estrutural acaba por constituir-se em uma variação sofisticada da análise do conteúdo.

A Semiótica contemporânea, entretanto, engendra um segundo momento diferenciado dentro da história da análise semiótica dos discursos, marcadamente transpassada pela dogmatização dos signos. Ao colocar em questão o conceito de signo (considerado ingênuo e atomístico), a Semiótica atual deixa deliberadamente o plano dos signos para se ocupar de sistemas de significação complexos (formado pelos elementos constituintes dos signos, em especial o significado), e provoca o que se chamou “crise do signo” (LOZANO, 1999, p. 15).

O trabalho inovador de dissociação entre a Semântica e sua relação anteriormente obrigatória com o signo foi realizado por Hjelmslev (apud COURTÉS, 1997, p. 38), que atribuiu autonomia e estatuto de disciplina à Semântica. A partir daí, passou-se à delimitação progressiva da Ciência da Significação que, na convicção de Courtés (1991, p. 38), constitui a finalidade da Semiótica. A Semiótica, a partir da irrupção semântica, passa a ser uma “prática especializada de leitura” (ABRIL, 1994, p. 429). A ampliação da prática semiótica para a análise da significação dos textos onde interatuam sujeitos assinala um distanciamento não somente em relação à vertigem dos signos, mas também, como pretende evidenciar Lozano (1999, p. 247), em relação à euforia do desmascaramento ideológico que caracterizava a Semiótica dos anos 60, referindo-se a Foucault (1987) e Pêcheux (1990), fundamentalmente. A Semiótica atual deslocou a ênfase dos significados ideológicos para a análise das condições de produção, circulação e recepção dos discursos, tal como aparece nos trabalhos de Verón (1990) sobre a produção do sentido.

Não há dúvidas quanto à importância da Linguística Estrutural para a configuração do campo da Análise do Discurso, de tal forma que os estudos atuais de Análise do Discurso, ao se constituírem, já têm que enfrentar a polêmica com a análise semiótica. Entretanto, a pretensão hegemônica e imperialista da análise semiótica dificulta a adoção de uma postura integradora. Por outro lado, torna-se inevitável o recebimento, no interior dos Estudos Organizacionais, da influência dos autores da Linguística

Estrutural e da Semiótica contemporânea, em virtude do lugar que ocupam no desenvolvimento das ciências da linguagem.

3. A TERCEIRA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO: A INTERPRETAÇÃO SOCIAL DOS DISCURSOS

Alonso (1998) estabelece um distanciamento crítico rigoroso em relação ao imperialismo do modelo lingüístico e semiológico de Análise do Discurso que, por sua hegemonia, acabou por tornar inexplorada a “via concreta da análise sociológica dos discursos” (1998, p. 187). A Análise do Discurso em seus usos sociológicos não é uma análise interna de textos, nem lingüística, nem psicanalítica, nem semiológica; não se busca com ela encontrar qualquer tipo de estrutura subjacente da enunciação, nem uma sintaxe combinatória que organize unidades significantes elementares. O que se trata de organizar é a reconstrução dos sentidos dos discursos em sua situação – micro e macrosocial – de enunciação. Antes que uma análise formalista, trata-se nesta análise sociohermenêutica – guiada pela Fenomenologia, a Etnologia e pela Teoria Crítica da Sociedade – de encontrar um modelo de representação e de compreensão do texto concreto em seu contexto social e na historicidade de suas proposições, desde a reconstrução dos interesses dos atores que estão implicados no discurso (ALONSO, 1998, p. 188).

Nos encontramos assim diante da terceira perspectiva de aproximação à Análise do Discurso – a social-hermenêutica –, também denominada análise sociológica dos discursos, interpretação social dos discursos ou ainda etnolingüística do discurso. Aqui não interessará a quantificação, nem a significação – preocupações primeiras das abordagens anteriores –, mas sim as relações de produção do sentido, o estudo dos discursos e suas determinações e motivações. “O sentido é o ligamento interno do texto” (LOZANO, 1999, p. 33), e é justamente a consideração deste aspecto processual que permitirá a desistência da busca da significação em unidades textuais estáticas pouco interessantes aos relatos da vida organizacional.

A análise sociológica dos discursos não é uma análise quantitativa do conteúdo – concebida como uma soma de significados pré-determinados de palavras –, nem uma análise estrutural de textos – realizada em um plano sintático ou semântico –, mas uma análise contextual, onde os argumentos

tomam sentido em relação com os atores que os enunciam (ALONSO, 1998, p. 212). Pelo fato de não estar focalizada nas funções imanentes ao texto, a análise sociológica dos discursos desprende-se do texto e opera um deslocamento do objeto focalizado pela análise do discurso para a busca das regras de coerência que estruturam o universo dos discursos nas organizações.

Como categorias lingüísticas distintas, texto e discurso necessitam ser compreendidos em suas características diferenciais para permitir o entendimento do objeto e do modo de funcionamento da análise social do discurso. Com a ressalva da pluralidade conceitual dessas categorias inerente à própria multiplicidade de tendências da Análise do Discurso. A definição de texto e discurso (SILVERMAN, 2000) corresponde ao lugar de importância atribuído por determinada perspectiva a cada categoria de análise. Por exemplo, o discurso não poderia ter a mesma conceituação na análise semiótica estrutural – onde desempenha uma função de mero produto, enquanto o texto é o processo, o lugar de produção do sentido –, e na Escola Francesa – onde os papéis se invertem, e o discurso passa a estar associado ao processo de produção e a ocupar o lugar principal.

Se o texto é uma materialização lingüística, um objeto, o espaço do enunciado, o discurso é a prática reflexiva da enunciação (ALONSO, 1998, p. 201). Os textos são os suportes de um conjunto de discursos diferentes. Um texto pode ser atravessado por vários discursos, porque os discursos não são mais que as “linhas de coerência simbólica com as quais representamos, e nos representamos, nas diferentes posições sociais” (ALONSO, 1998, p. 201).

Considerando que tudo em um texto emana do enunciador, este se confunde com o próprio texto (LOZANO, 1999, p. 113); entretanto, a noção de enunciação e enunciado viabiliza, na prática da análise do discurso, a escuta e a percepção dos momentos de presença do sujeito no texto. Permite também a identificação dos discursos vazios, para utilizar uma analogia com os conceitos lacanianos de fala plena e fala vazia – esta última como aquela que se reduz ao enunciado e produz o apagamento do sujeito no discurso. Como sintetiza Lozano (1999, p. 93), compete à análise da enunciação tudo aquilo que no texto indica a atitude do sujeito com relação ao enunciado.

Os conceitos de enunciado e enunciação são devidos a Benveniste (1974), que rompeu com as dicotomias estruturais saussureanas (fala e língua; significado e significante; sintagma e paradigma). Benveniste (1974) incorporou a subjetividade

aos estudos lingüísticos, através da noção de enunciação (ato de produzir um enunciado). Já não se trata das entidades dicotômicas, senão de duas posições na operação que supõe a passagem da língua ao discurso, explica Lamíquiz (1994, p. 28). A enunciação é colocação em discurso da língua por um sujeito (LOZANO, 1999, p. 90; LAMÍQUIZ, 1994, p. 28). É justamente a partir dos estudos sobre enunciação que a análise do discurso organizacional se desenvolve.

No uso da metodologia da análise do discurso no campo organizacional são constantemente identificados discursos permeados pela enunciação (que, na realidade, não se desvincula do enunciado) e, por outro lado, discursos onde o sujeito busca esconder-se, sufocando a enunciação e pouco contribuindo para os objetivos da investigação. A análise dos discursos faz sentir a necessidade de se ir além do discurso manifesto, de se considerar a possibilidade de que nem sempre o que as pessoas dizem é o que elas sentem e vivem.

Para compreender como é possível dizer algo mais do que o que se diz literalmente (enunciado), e identificar o sujeito no discurso (enunciação), há que se apelar às informações de fundo, às informações mutuamente compartilhadas pelos interlocutores sobre os fatos, ou seja, considerarem-se os elementos de um item constitutivo da interpretação: o contexto. O próprio fato de que o pesquisador se interessa pela dimensão expressiva e pragmática exige a relação das propriedades do discurso com aspectos diferentes do contexto interacional ou estrutural em que o discurso foi produzido. Além disso, uma vez que não se trata, nas interpretações, de se estabelecer uma clínica do texto, submetendo o discurso a interpretações de caráter estritamente psicanalítico, à revelia da existência de uma história de conversações anteriores e da presença do sujeito no momento da validação da interpretação, o contexto organizacional passa a ser o principal referencial do investigador na prática da interpretação.

Em função da transparência ou opacidade destes níveis da subjetividade no discurso é que os enunciados apresentam, na formulação de Brandão (1991, p. 75), uma dupla face: um direito e um avesso, que são indissociáveis. Ao analista cabe decifrá-los não só no seu direito, relacionando-os a sua própria formação discursiva, mas também no seu avesso, perscrutando aquela face oculta em que mascara a rejeição do discurso de seu Outro – o caráter inconsciente da enunciação no discurso.

A formalidade do texto e seu atravessamento por entradas subjetivas, organizacionais e sociais caracterizam a

dualidade constitutiva da linguagem (BRANDÃO, 1991, p. 11). O discurso é o lugar da constituição da subjetividade, do desejo e da contradição natural do sujeito; opostamente, o texto é “o âmbito dentro do qual as frases perdem sua ambigüidade” (LOZANO 1999, p. 36).

O que analisamos, portanto, no trabalho de investigação nas organizações são discursos, não textos. Nos estudos organizacionais o que interessa não é o estilo textual, nem a busca da estrutura subjacente do texto, mas a atuação deste “complexo fenômeno cognitivo e social que chamamos discurso” (ALONSO, 1999, p. 332). Mediante a incorporação dessa visão pragmática, a interpretação social dos discursos declara o seu interesse não pelo que os textos formalizam, mas por aquilo que os discursos fazem e de que são constituídos os discursos. Ainda que a Semântica como relação das frases com os estados de coisas que significam não possa se opor, como lembra Lozano (1999, p. 91), à Pragmática como relação das frases com quem as usa e interpreta. Brown y Yule (1993, p. 13), por sua vez, confessam apelar ao enfoque pragmático, procurando evitar o perigoso extremo de se recorrer à perspectiva individual (ou idiossincrática) na interpretação de cada fragmento discursivo, referindo-se criticamente à postura hermenêutica. Essa visão performática dos discursos inerente à análise sociológica dos discursos é o que justifica o espaço mais adiante destinado neste ensaio à Teoria dos Atos da Fala.

O que se percebe é que, entre os autores da Análise do Discurso contemporânea, tais como Van Dijk (2005), Heller (2005), Norrick (2005), há posições diferenciadas por ocasião das associações entre a Pragmática, a Semântica e a Hermenêutica. Mas há um consenso com relação à aproximação entre a Análise do Discurso e a Pragmática. Existe um acordo de que a análise sociológica dos discursos não deve ocupar-se diretamente da sentença em si, da relação dos signos entre si ou com o que eles designam (campos da Sintaxe e da Semântica), mas da localização pragmática da sentença, da produção e dos efeitos dos enunciados em um determinado contexto do discurso. Verón (1990) assinala que a presença do social na linguagem somente é localizável mediante a passagem da Semântica à Pragmática (relação dos signos com os seus usuários, com o contexto da situação de fala).

Fazer análise do discurso implica necessariamente fazer sintaxe e semântica, porém consiste basicamente em fazer pragmática. Tanto em Análise do Discurso, quanto em Pragmática, o objetivo é

descrever o que fazem as pessoas quando usam a linguagem, e explicar os aspectos lingüísticos dos discursos como os meios empregados nessa atividade. A análise sociológica dos discursos, em sua dimensão pragmática, investiga regularidades sociais e não "leis" formais; encontra referências a contextos, mais que universais, lingüísticos e antropológicos; opera por analogia e interpretações locais, e não por protocolos genéricos; e tenta descobrir as regularidades encontradas nas realizações lingüísticas que empregam as pessoas para comunicarem estes significados e intenções (BROWN y YULE, 1993).

Esta questão da busca por regularidades no discurso – também objeto de divergência entre os autores – merece ser alvo de questionamento dentro da Análise do Discurso. Brown y Yule (1993) postulam insistentemente que o papel do analista reside em descobrir regularidades em seus dados e descrevê-las. "Não só estamos dispostos a buscar regularidades, senão que tendemos a perceber as mesmas" (1993, p. 89). A intenção de sistematização, padronização e controle daquilo que, por sua natureza, é disperso, contraditório e diferente parece ser uma versão qualitativa da análise do conteúdo, atormentada com a frequência e a regularidade.

O que diferencia a análise sociológica dos discursos da análise do conteúdo – onde o sujeito é dissolvido no objetivismo dos sinais – e da análise estrutural – onde o sujeito fica suspenso na interpretação objetivada – é exatamente a recuperação do sujeito no texto. Postular que o discurso é atravessado pela unidade do sujeito é incorrer em uma impossibilidade epistemológica, a partir do momento em que se trabalha, nas ciências da linguagem, com uma noção de sujeito dividido, fragmentado, e que reflete no discurso a sua dispersão constitutiva. O que há no discurso não são regularidades e sim dispersão, diferenças e descontinuidade dos planos de onde o sujeito fala. No dizer de Possenti, "considero o discurso uma máquina de produzir sentidos" (2001, p. 154).

Brandão (1991, p. 30), coerente com as características de sua obra – atravessada pelas consequências das determinações da ordem da ideologia e do desejo inconsciente sobre o discurso –, discorda que a Análise do Discurso deva buscar a unidade de todas as formações discursivas de uma conjuntura. Os discursos, como define Alonso (1998, p. 58), são uma complexa expressão de níveis da consciência.

A análise das estruturas e funções do discurso se dá através do relato das trocas discursivas sobre os episódios informais em que os fenômenos psicológicos motivacionais

são trazidos à existência (HARRÉ, 1997, p. 27). "É através do discurso que construímos a forma da experiência pessoal, às vezes chamada subjetividade." (HARRÉ, 1997, p. 39).

Além das irregularidades provenientes das características do sujeito e da produção do sentido, há ainda outras fontes referenciais de incertezas na análise dos discursos, oriundas do que se denomina contexto discursivo. A linguagem não é examinada em abstrato, como um fenômeno isolado, mas sempre em relação a uma situação, seja ela social, organizacional, psicológica e interativa, ou seja, o produto lingüístico nunca é exclusivamente código, senão que é o "código em situação" (RODRÍGUES, 2000, p. 50). Esse conteúdo experiencial, ideacional ou situacional do discurso é denominado de contexto.

Contexto é o mundo físico, social e organizacional que interage com o texto para criar o discurso (COOK, 1990, p.156). Um contexto de situação apropriado ao estudo lingüístico põe em relação as seguintes categorias: a) as características relevantes dos participantes, considerando a ação verbal e a ação não-verbal dos participantes; b) os objetos relevantes; e c) o efeito da ação verbal. (FIRTH, 1964, p. 182). O contexto, então, é a dimensão mais ampla do texto, suporte das interpretações, que envolve as subjetividades, as ações, os objetos e os efeitos discursivos. O contexto é criado pelo próprio texto para constituir o discurso. A importância atribuída ao contexto pelas análises do discurso de caráter pragmático amplia a possibilidade de interpretação do discurso (e transformação do contexto), mas não garante o encontro de objetivações e regularidades, ao contrário, amplia o campo de incertezas. Abril (1994, p. 428), inclusive, considera a noção de contexto como sumamente vaga. Marcado tanto por entradas subjetivas quanto institucionais e sociais, o contexto organizacional constitui o cenário intersubjetivo da conversação, que amarra os elementos definidos como embaixadores da interpretação, e assinala a diferença entre a interpretação social dos discursos e as demais perspectivas da Análise do Discurso.

A concepção performática, incorporada pela análise sociológica dos discursos, na qual o discurso é considerado fundamentalmente como um ato, ou como uma série de atos (cognitivos ou de outro tipo), encontra suas origens na Teoria dos Atos da Fala – tradição gerada, dentro da Filosofia da Linguagem, por Wittgenstein (1989) e Austin (1970). Além dos formuladores, a Teoria dos Atos da Fala passaria a ter Searle (1980) como representante mais destacado e

sistematizador da teoria. A Teoria dos Atos da Fala realizou o deslocamento da função essencial da linguagem da representação à ação. Estranhamente, estudiosos contemporâneos da Filosofia da Linguagem, como Frapolly y Romero (1998, p. 27), insistem na capacidade de representação como função essencial da linguagem.

Elaboramos um relato sintético envolvendo as construções iniciais da Teoria dos Atos da Fala e assinalando os dois momentos da formulação austiniana dos atos. Austin (1970) sistematiza uma dupla classificação dos atos lingüísticos. Distingue, inicialmente, dois tipos gerais de uso da linguagem ou de sentenças: o constativo, em que sentenças são usadas para descrever fatos e representar o real; e o performativo, no qual se realiza a ação através do proferimento de uma sentença. O locutor não apenas descreve e constata fatos, mas ao enunciar a sentença já está, de fato, executando a ação. Reduzindo todos os atos aos performativos, uma vez que "nos próprios constativos está incluso um fazer que permanece quase sempre não-dito" (RICOEUR, 1991, p. 57), o próprio Austin (1970) ultrapassa essa distinção. Surge, então, uma nova classificação, designando três dimensões dos atos da fala: o ato locucionário, que vem a ser o proferimento de uma sentença de língua; o ato ilocucionário, que consiste no ato de fazer algo através desse proferimento; e o ato perlocucionário, que diz respeito às conseqüências geradas por um ato de fala. Com a passagem da primeira à segunda classificação, Austin não mais elabora uma tipologia dos atos possíveis, mas declara a necessária presença das três dimensões – locucionária, ilocucionária e perlocucionária – em um mesmo ato de fala.

A segunda formulação de Austin (1970), apesar de encontrar correspondência nos atos da formulação inicial, engendra em cada ato da fala três subatividades analiticamente discerníveis. Ainda que seja na força ilocucionária que reside o núcleo do ato de fala, dizer é fazer algo não só da ordem das ações, mas da ordem dos sentimentos e pensamentos a que a fala se reporta. A ilocução implica a produção de resultados extralingüísticos, tais como convencer, desanimar, assustar, surpreender a alguém, compreendidos como efeitos perlocucionários. A interpretação de um discurso, enquanto ato de fala (ou uma série de atos de fala), está embutida dentro de uma interpretação de todo o processo de interação entre os participantes da conversa (VAN DIJK, 2004, p. 18). A Teoria dos Atos da Fala exerce, portanto, inegável influência sobre o pensamento lingüístico contemporâneo.

4. ANÁLISE DO DISCURSO E TEORIA PSICANALÍTICA. SOBRE A INTERPRETAÇÃO DO DISCURSO NA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

A linguagem constitui um terreno em comum ao sujeito, à investigação social e à Teoria Psicanalítica. A aproximação entre noções ou conceitos da Teoria Psicanalítica e a pesquisa em ciências sociais remonta, entretanto, a uma história de deformações e distorções dos conceitos freudianos. O revisionismo psicanalítico dos autores culturalistas, na tentativa de sociologizar as categorias psicanalíticas, diluiu os conceitos psicanalíticos no social. A Psicanálise foi tomada como um saber passível de ser anexado às ciências sociais. Pretendia-se operar a junção do psíquico e do social somente depois de banalizar ambos, gerando o que Recio (1995, p. 487) denominou o mal-entendido psicanalítico nas ciências sociais.

A postura de integração de Recio (1995) entre a Psicanálise e o campo da investigação social foge às perspectivas reducionistas, pois não se trata, na verdade, de estabelecer uma disciplina como melhor do que a outra, e sim como pertencente a planos "hierárquicos" diferentes. Para Recio (1995, p. 487), tanto a Psicanálise quanto a Lingüística são teorias gerais (não regionais, específicas) das ciências sociais porque, a partir delas, se pode dar conta do social. Outros saberes, como a Semiologia, a Antropologia, a História das Mentalidades, ou a própria investigação sociológica de textos e discursos, assim como os Estudos Organizacionais, podem remeter-se à Lingüística e à Psicanálise, enquanto a Lingüística ou a Psicanálise não é abordável a partir destes saberes.

Não se trata, portanto, de propor uma anexação da Psicanálise à Análise do Discurso, mas, a partir do campo da investigação sociológica do discurso, recorrer à Teoria Psicanalítica naquilo em que ela possa se aproximar, detalhar e ampliar a compreensão da metodologia da Análise do Discurso, fundamentalmente no que se refere ao aprofundamento da noção de interpretação.

Recio (1995, p. 482) sugere que a relação da Psicanálise com a Lingüística, especificamente, seja pensada em duas modalidades: a linguagem é a condição do inconsciente e o inconsciente é a condição da Lingüística. À Lingüística caberia interpretar aquilo que Barthes alguma vez denominou "formas laicas do inconsciente" (apud ABRIL, 94, p. 457). "O inconsciente é estruturado como uma linguagem" (LACAN, 1988, p. 75).

A partir deste aforismo, Lacan inaugura a análise lingüística como método apropriado para o estudo do inconsciente, não precisamente porque o material psicanalítico seja verbal, senão porque a Lingüística oferece o melhor modelo disponível para explicar as estruturas e as leis desse material. Entretanto, o inconsciente lingüístico não coincide com o inconsciente freudiano (GODOI, 2004). Alonso (1998, p. 210) limita a análise sociológica dos discursos ao espaço do latente, não do inconsciente. Considerando que os sujeitos não são inconscientes de suas práticas discursivas, e sim que não reconhecem, em sua totalidade, os efeitos e as ações geradas pelos discursos, a análise sociológica dos discursos focalizar-se-ia sobre as funções latentes dos discursos na vida social.

O fato de o sistema inconsciente utilizado pelos linguistas, semiólogos ou antropólogos não ser o sistema inconsciente de Freud (1982b), faz surgir uma preocupação, relatada por Pereña (1994, p. 445), por exemplo, de que a aproximação da Psicanálise à Análise do Discurso possa implicar violentar os limites da prática clínica, uma vez que já não se faz psicanálise, senão outra coisa distinta. Trata-se de uma preocupação típica, ainda que responsável, da mentalidade regional descrita anteriormente, segundo a qual a Psicanálise é que precisa envolver-se de precaução epistemológica, pois será aplicada, deslocada a outro campo. A direcionalidade da aproximação entre a Análise do Discurso e a Psicanálise, para não incorrer em um conjunto de equívocos epistemológicos, precisa ter como ponto de partida o saber específico, ou seja, a Análise do Discurso. O saber específico remete-se ao saber, ou aos saberes, gerais, buscando referências para o aprimoramento conceitual, para a ampliação de sua capacidade interpretativa e, inclusive, para repensar seus limites e posicionamentos epistemológicos.

Ao criticar os modelos de Análise do Discurso que só se preocupam com a dimensão do explícito e não consideram a dimensão do implícito, Haidar (1998, p. 140) expõe o princípio da economia da linguagem, quer dizer, a idéia de que os discursos sempre devem manejar muitos pressupostos, muitos implícitos que dêem conta de vários aspectos por inferência, sem que seja necessário enunciá-los verbalmente. As dimensões explícita e implícita são constitutivas de qualquer discurso. O explícito é o dito no discurso, o que se encontra verbalizado na superfície discursiva; o implícito é o sentido que se infere, e que tem como suporte o dito explicitamente (HAIDAR, 1998, p. 139).

Todo discurso contém elementos excluídos do campo da dizibilidade. Os implícitos e os silêncios discursivos constituem o substrato mais importante da Análise do Discurso, uma vez que estão associados à produção do sentido discursivo. Os implícitos, mencionados por Haidar (1998, p. 140), distinguem-se dos silêncios discursivos descritos por Pêcheux (1990). Enquanto o implícito corresponde a uma inferência sobre o explícito, a um prolongamento de sentido latente, os silêncios discursivos, que em Pêcheux (1990) estão associados aos processos de esquecimento gerados por um efeito ideológico, correspondem à zona do excluído, do proibido, dos tabus do discurso.

A exclusão do campo inconsciente como espaço de atuação da análise do discurso não dilui a possibilidade de articulação entre a Psicanálise e a Análise do Discurso. Afirmar que se trata, em Análise do Discurso e em Psicanálise, do mesmo objeto seria um grave equívoco, com prejuízos para ambas as regiões, além de se incorrer na estratégia de anexação epistemológica. Análise do Discurso e Psicanálise possuem estatutos epistemológicos distintos, objetos de estudo concebidos diferentemente e práticas metodológicas distintas. A aproximação torna-se possível em função dos seguintes fatores e condições: a) em virtude de ser a Análise do Discurso um campo transdisciplinar que mantém fronteiras não só com a Psicanálise, mas com disciplinas das humanidades, como a Sociologia, a Antropologia e a História; b) em função da possibilidade de compatibilização da noção de sujeito das duas regiões; c) por manterem ambas a prática do discurso como nível de análise privilegiado; e d) em virtude de terem a interpretação como núcleo técnico fundamental.

A Psicanálise questiona a unicidade significativa da concepção homogeneizadora da discursividade. Em consequência da concepção de sujeito dividido estruturalmente entre consciente e inconsciente, a Psicanálise busca a sua forma de constituição na diversidade de uma "fala heterogênea" (BRANDÃO, 1991, p. 54). O discurso social-organizacional, por sua vez, é uma suplência ilusória da heterogeneidade constitutiva do sujeito, uma prótese concebida para encobrir o desajuste estrutural entre linguagem e sujeito. Há no discurso social um projeto de unidade de sentido, como explica Pereña (1994, p. 468), de homogeneidade da significação; paradoxalmente, existe consciência de sua condição metafórica, quer dizer, da imprevisibilidade do sentido.

Essa lógica discursiva supõe a condição de falta, de não completude do

sujeito. A individuação, entretanto, na busca por produzir consensos interpelativos, pode sofrer variações, que se manifestam através dos mecanismos descritos por Mainueneau (1976): mascaramento (o sujeito busca apagar de seu discurso as marcas que permitirão classificá-lo em determinado grupo ou atribuí-lo a determinada ideologia); simulação (o sujeito toma o vocabulário de um grupo que não é o seu para produzir um discurso do seu grupo); conveniência (mecanismo no qual há um acordo entre o locutor e os destinatários; o sujeito, então, utiliza um vocabulário que o classificará como pertencente a determinado grupo, dirigindo, porém, esta utilização para ironizar, para atacar, para negar).

No mecanismo da conveniência, o sujeito da enunciação toma o lugar de outro sujeito para destruir ou desqualificar o discurso do outro. Entre os mecanismos de mascaramento e simulação aparece uma lógica contraditória. No primeiro, o sujeito, em um mecanismo denegatório, exclui o outro e, no segundo, por meio de uma identificação imaginária, incorpora o discurso do outro como seu. Os mecanismos de encobrimento do sujeito produzidos na linguagem revelam a própria essência da individuação. O sujeito, no ato de enunciar, surge e desaparece, se constitui e se apaga no campo do outro.

A natureza da linguagem é da ordem do mal-entendido, do equívoco, produzido pela ambigüidade da palavra, pela polivalência de significações e pela ausência de um sentido fixo. A inexistência de uma relação imediata e obrigatória entre um significante e um significado determina a polissemia e a abertura de sentido do discurso, uma vez que é a relação de um significante a outro significante (articulados na cadeia) que engendra a relação do significante ao significado no processo de construção do sentido.

O mecanismo significante está na emergência das formações do inconsciente. Como dizia Lacan, "o que se chama o inconsciente é o significante em ação" (1988, p. 81). Ricoeur referia-se ao inconsciente como o "involuntário absoluto". No entanto, em suas obras mais tardias, já não mais reconhece o inconsciente como involuntário, mas como portador de um sentido que se oferece à decifração (RICOEUR, 2001, p. 32).

A formação do sentido inerente ao processo de interpretação do discurso (GUBRIUM e HOLSTEIN, 2000) não está ligada a uma injeção de sentido atribuída pelo analista do discurso, tal como se o sentido já estivesse dado a priori, mas a uma abertura de sentido à cadeia significante. Alonso (1998, p. 220) ressalva que a interpretação, como leitura de sentido, não

está aberta a qualquer sentido, mas apenas aos que se derivam de seus atores como precipitação de circunstâncias sociais e pessoais.

"Compreender é interpretar. E interpretar é voltar a expor o fenômeno com a intenção de encontrar seu equivalente". (SONTAG, 1984, p. 19). Interpretar o discurso é estabelecer seu sentido através de um processo permanente de decomposição e recomposição (ALONSO, 1998, p. 220). A interpretação é o descobrimento do sentido, porém não de uma maneira arbitrária, de imposição do eu sobre qualquer realidade, senão de encontro intersubjetivo entre o sujeito como gerador de sentido e o mundo da vida organizacional em que se encontra como limite dos significados (ALONSO, 1998, p. 212).

A função de produção do sentido pertence simultaneamente ao investigador, ao sujeito e ao contexto organizacional. É a visão construtiva do investigador que narra e reconstrói o discurso. Não se trata, porém, de um subjetivismo puro, mas de um "subjetivismo objetivado socialmente". Os próprios discursos e contextos é que constituem os limites e os princípios de validação da interpretação, os objetivadores da subjetividade. Os limites da interpretação, portanto, são definidos pelos próprios objetivos da investigação. Assim, a validação da interpretação depende: da coerência argumentativa; da razão, da consistência e da honestidade do teórico; da adequação à comunidade em que se realiza; dos objetivos sociais da interpretação. Ainda que, em última instância, seja o sujeito quem atribui o sentido do discurso, uma vez que o analista do discurso está na posição de ouvinte que formula interpretações que podem ou não ter sentido, a validação da interpretação está associada à sua capacidade de reconstrução do campo de forças sociais que deu lugar à investigação. Trata-se de um duplo enfoque pragmático: pragmática dos discursos sociais, pragmática da estratégia de investigação (ALONSO, 1998).

Pelo fato de se ter um acesso limitado ao que o sujeito pretende expressar em um fragmento de discurso, qualquer informação ou implicação identificada terá o caráter de uma interpretação, ou seja, constituirá um processo de inferência através da qual se pode chegar à interpretação dos enunciados e das relações entre eles (BROWN y YULE, 1993, p. 56).

A própria noção de texto, definida por Brown y Yule (1993, p. 31), como o registro verbal de um ato comunicativo, ou seja, a representação escrita de um texto falado, já implica um processo de caráter essencialmente subjetivo presente na percepção e na interpretação de cada texto,

uma vez que indivíduos diferentes prestam atenção a aspectos diferentes dos textos. Na análise dos textos produzidos, criamos abstrações e pontos de vista e acreditamos na existência do que Schutz (apud BROWN y YULE, p. 31) chamou de reciprocidade de perspectiva, quer dizer, supomos que os leitores compartilham da mesma compreensão.

Brown y Yule se dedicam ao problema que enfrentam os analistas do discurso no momento da elaboração de transcrições dos textos falados, utilizando, quase invariavelmente, convenções inerentes à linguagem escrita. Se o analista decide transcrever em itálico uma palavra para assinalar, por exemplo, que o falante elevou o tom e a intensidade de sua voz, está levando a cabo uma interpretação do sinal acústico, uma interpretação que, em sua opinião, tem um efeito equivalente ao sublinhado que emprega um escritor para indicar ênfase. Em certo sentido, o analista cria o texto que os outros lerão. Na criação da versão escrita do texto falado recorre a modos convencionais de interpretação que, em sua opinião, compartilham outros falantes da língua (1993, p. 30-31).

A produção da versão escrita de um texto falado já é, portanto, uma interpretação. A Análise do Discurso – através de suas pressuposições de que os significados compartilhados são necessários à validação da interpretação e de que os fatos discursivos são construídos no espaço da intersubjetividade –, representa um exemplo concreto da visão construtivista em pesquisa qualitativa e da realidade da construção do objeto nos Estudos Organizacionais.

O caráter construtivo das elaborações textuais amplia a responsabilidade do analista, que precisa já ter construído um modelo interpretativo que lhe sirva de guia na montagem do texto escrito. Essa diagramação do mapa conceitual, como diz Sierra (1998, p. 332-3), conduzirá o analista desde as primeiras leituras da transcrição, nas quais se procede a identificação dos elementos nucleares do discurso, à captação do significado manifesto, através da demarcação dos conceitos fundamentais, aqueles que têm valor substantivo associado ao tema da investigação. Estes conceitos constituem o campo das categorias construídas pelo investigador. O modelo interpretativo acompanha todo o processo analítico-interpretativo até o resultado final da investigação, que não será mais do que uma “narração sobre a narração do entrevistado, uma interpretação da interpretação do entrevistado” (SIERRA, 1998, p. 333). O relato final é uma reinterpretação do discurso do sujeito transpassada pelas categorias da

investigação e pelas inevitáveis concessões à categoria do desejo do analista.

A orientação da Análise do Discurso pelo modelo conceitual da investigação não é o mesmo que a subordinação dos enunciados a leis, estatísticas ou lingüísticas. No espaço da interpretação – mescla de suspeita e escuta –, trata-se de penetrar nos significados para os sujeitos dos enunciados, buscando-se a prioridade da prática sobre o código; da função sobre a estrutura; do contexto sobre o texto; do latente sobre o inconsciente; da intencionalidade da mensagem sobre a arbitrariedade dos signos (RICOEUR, 1996, p. 151; ALONSO, 1998).

A construção aproximativa entre a Análise do Discurso e a Psicanálise não pretende gerar a impressão de que o investigador social faz interpretação psicanalítica em seus estudos. Recio (1994, p. 487-8) recorda que existe uma diferença entre teoria e interpretação psicanalítica. Portanto, não se trata de realizar interpretação psicanalítica na investigação social; não há transposições teóricas ou instrumentais de um campo ao outro do saber. Demarcados os campos de intersecção, mantidas semelhanças e diferenças entre estatutos identitários, e respeitados os limites epistemológicos, o que se pretende é oportunizar a convivência entre Teoria Psicanalítica e investigação nas organizações.

Ao propor que a relação entre a Psicanálise e a investigação social situe-se exclusivamente na reflexividade e não na instrumentalidade, Recio (1994, p. 448) acaba incorrendo, em virtude da preocupação com a vulgarização psicanalítica – que, por certo, não se revela à toa –, na mentalidade regional, como se fosse possível a anexação entre um saber geral e um saber específico. Não se corre o risco de uma psicanálise aplicada à pesquisa organizacional, por uma impossibilidade fundamentalmente determinada pela diferenciação entre objetos de estudo. No entanto, podem-se avançar os limites da reflexividade, uma vez que a prática instrumental não é desconectada dos valores, pressupostos e categorias definidas pelo investigador. Ainda mais, quando a instrumentalidade reside no ato da interpretação completamente contaminada pelo mapa conceitual. Reflexão, interpretação e compreensão encontram-se intimamente vinculadas e, ao delimitarem o terreno da investigação, arrastam consigo o substrato das influências conceituais (mais ou menos explícitas) do investigador. Como propõe Ricoeur (1988, p. 133 e ss.), o modelo fenomenológico hermenêutico que estamos desenhando não está preocupado com a constituição dos enunciados, mas se coloca

no plano da fundamentação dos enunciados, da intenção, do sentido e da motivação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente momento, é difícil estabelecerem-se distinções precisas no campo de estudos do discurso, que parece cada vez mais se caracterizar como um campo interdisciplinar independente (VAN DIJK, 2004, p. 11). Este ensaio pretendeu detalhar e diferenciar as diversas linhas metodológico-epistemológicas de fundamentação da Análise do Discurso, utilizando as perspectivas de aproximação propostas por Alonso (1998). Ignorar as diferenças entre essas perspectivas, reduzindo-as todas a uma única Análise do Discurso, contribui ou para a “postura de supremacia” do lingüístico sobre o social, ou para a “postura de vale tudo” (MORGAN, 1983) no campo metodológico. Em ambos os casos, revela-se o desprezo pelos fundamentos epistemológicos da Análise do Discurso em ciências sociais.

A análise das três perspectivas de aproximação à Análise do Discurso traz a percepção de que, apesar da multiplicidade de abordagens, perspectivas e modelos de Análise do Discurso, com seu arsenal de categorias, conceitos e ferramentas, faz falta uma visão integrada que, sem precisar romper com a estrutura epistemológica de cada visão, possibilitasse uma aproximação menos fragmentada do discurso e das categorias da investigação social que habitam o discurso.

Na análise do discurso não se pode fazer um só tipo de análise (ALZAGA, 1998, p. 95). A proposta de abertura das possibilidades de análise esbarra no problema do atravessamento epistemológico em que se pode incorrer nas tentativas integradoras, uma vez que entre perspectivas diferentes de Análise do Discurso – o quantitativo, o semiológico e o sociológico –, provavelmente haverá incompatibilidades ontológicas e epistemológicas.

Há propostas integradoras que parecem respeitar os limites da compatibilidade e da coerência epistêmica, como é o caso da perspectiva desenvolvida por Van Dijk (1990; 2004; 2005), que pretende uma aproximação entre o discursivo, o cognitivo e o social; a abordagem de Haidar (1998) que, ao centrar-se sobre a Escola Francesa de Análise do Discurso, não se fecha à integração de elementos de outras tendências, como a lingüística textual, os modelos argumentativos, as teorias da narração e as teorias do sujeito.

Esta posição de abertura teórico-metodológica exige por parte do investigador, além da precaução epistemológica, a atenção aos seguintes aspectos: visão global e histórica das perspectivas e modelos, situados em planos epistemológicos; atenção ao trabalho de redefinição das categorias quando retiradas de sua região de origem e, simultaneamente, preservação do conceito original; e consciência acerca do grau de integração possível entre as perspectivas.

O delineamento metodológico de um trabalho comprometido com o objeto organizacional e com as características do objeto não pode ignorar, por exemplo, as contribuições da Lingüística Estrutural, no que se refere à busca de estruturas subjacentes ao texto. Essa lógica que se opera na análise estrutural pode ser utilizada, como ressalva Alonso (1998, p. 202), para complementar a perspectiva da interpretação social dos discursos. A possibilidade de complementaridade representa um grau mínimo de integração, longe de uma fusão de abordagens que, como já foi apontado, situam-se em dimensões epistemológicas distintas.

Dada a complexidade e a pluralidade do discurso nos Estudos Organizacionais, a sua análise demanda a utilização de uma estratégia de metodologias de pesquisa sofisticadas, capazes tanto de interpretar as mensagens explícitas quanto de desvendar os sentidos ocultos, os silêncios, as omissões. A busca da significação oculta não implica a crença em um único sentido, em uma única verdade. O foco de interesse é a construção de procedimentos capazes de transportar o olhar-leitor a compreensões menos óbvias, mais profundas através da desconstrução do literal, do imediato (CABRAL, 1999). A Análise do Discurso desloca a atenção dos investigadores para a escuta das falas cotidianas nas organizações.

O aprofundamento da base metodológico-epistemológica da Análise do Discurso permite-nos ampliar a liberdade de construção dos elementos metodológico-técnicos, sem nos render à “ditadura do método” (MORIN, 2001; DEMO 2001), pois o método só pode se construir durante a pesquisa (MORIN, 2003, p. 36). Uma vez que a Análise do Discurso é formada por um conjunto de conhecimentos – conceitos, técnicas e concepções sobre o discurso e o sujeito, herdados de diferentes disciplinas –, a ferramenta fundamental da investigação, como lembra Alonso (1998, p. 15), passa a ser a capacidade interpretativa do investigador. A interpretação é, ao mesmo tempo, um diálogo com o texto e com os outros, daí o cuidado de não se incorrer no oposto da receita técnica, a arbitrariedade interpretativa.

REFERÊNCIAS

- ABRIL, A. Análisis semiótico del discurso. In: DELGADO, J. M.; GUTIÉRREZ, J. (coords.) Métodos y Técnicas Cualitativas de Investigación en Ciencias Sociales. Madrid: Síntesis, 1994, Cap. 16.
- ALONSO, L. H. La Mirada Cualitativa en Sociología. Madrid: Fundamentos, 1998.
- ALZAGA, B. R. Grupos de discussão. Da investigação social à investigação reflexiva. In: CÁCERES, L. J. G. (coord.) Técnicas de Investigación en Sociedad, cultura y comunicación. México: Prentice Hall, 1998.
- AUSTIN, J. L. How to do Things with Words. London: Oxford University Press, 1970.
- BENVENISTE, E. Problemas de Linguística General. México: Siglo XXI, 1974.
- BILLIG, M. Rhetorical and discursive analysis: how families talk about the royal family. In:
- BRANDÃO, H. H. N. Introdução à Análise do Discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.
- BROEKSTRA, G. An organization is a conversation. In: GRANT, D., KEENOY, T. and OSWICK, C. Discourse and Organization. London: Sage, 1998.
- BROWN, G. y YULE, G. Análisis del Discurso. Madrid: Visor Libros, 1993.
- CABRAL, A.C.A. A análise do discurso como estratégia de pesquisa no campo da Administração: um olhar inicial. In: XXIII Encontro da ANPAD. Anais... Foz do Iguaçu, 1999.
- CHIA, R. and KING, I. The language of organization theory. In: WEESTOOD, R. and LINSTEAD, S. The Language of Organization. London: Sage, 2001.
- COURTÉS, J. Análisis Semiótico del Discurso: del enunciado a la enunciación. Madrid: Gredos, 1997.
- DEMO, P. Pesquisa e Informação Qualitativa. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- FERNANDEZ, J. J. A. Filosofía y Analisis del Lenguaje. Madrid: Cincel, 1985.
- FERRARA, A. Una teoría ampliada de los actos de habla: condiciones de adecuación para actos subordinados en secuencias. In: FERRARA, A. et al. Textos Clásicos de Pragmática. Madrid: Arco Libros, 1998.
- FIRTH, J. R. Papers and Linguistic. London: Oxford University Press, 1964.
- FOUCAULT, M. Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FRAPOLLI, J. F. y ROMERO, E. Una Aproximación a la Filosofía del Lenguaje. Síntesis: Madrid, 1998.
- FREUD, S. Recalcamento. E.S.B. Rio de Janeiro: Imago, 1982a.
- FREUD, S. O Inconsciente. E.S.B. Rio de Janeiro: Imago, 1982b.
- GIRIN, J.. Problèmes du langage dans les organisations. In: CHANLAT, J. F. (Coord). L'Individu dans L'Organisation. Presses de l'université Laval & Éditions ESKA, 1990.
- GODOI, C. K. As Organizações como Formações do Inconsciente: contribuições da Teoria Psicanalítica aos Estudos Organizacionais. ENEO – Encontro de Estudos Organizacionais, 3, 2004. Atibaia. In: Anais do... Atibaia: ANPAD, 2004.
- GRIMSHAW, A. Discourse and Sociology: Sociology and Discourse. In: SCHIFFRIN, D, TANNEN, D. e HAMILTON, H. E. (Ed.) The Handbook of Discourse Analysis. Oxford: Blackwell, 2005.
- GUBRIUM, J. F. and HOLSTEIN. Analysing Interpretative Practice. In: DENZIN, N. K. and LINCOLN, Y. S. The Handbook of Qualitative Research. 2 ed. London: Sage, 2000.
- HARDY, C., LAWRENCE, T. B. and PHILLIPS, N. Talk and action: conversations and narrative in interorganizational collaboration. In: GRANT, D., KEENOY, T. and OSWICK, C. Discourse and Organization. London: Sage, 1998.
- HAIDAR, J. Análisis del discurso. In: CÁCERES, L. J. G. (coord.) Técnicas de Investigación en Sociedad, cultura y comunicación. México: Prentice Hall, 1998.

- HELLER, M. Discourse and Interaction. SCHIFFRIN, D, TANNEN, D. e HAMILTON, H. E. The Handbook of Discourse Analysis. Oxford: Blackwell, 2005.
- HARRÉ, R. An outline of the main methods for social psychology. In: HAYES, N. Doing Qualitative Analysis in Psychology. (ed.) London: Psychology Press, 1997, cap. 2.
- JULIO, M. T. Introducción. In: FERRARA, A. et al. Textos Clásicos de Pragmática. Madrid: Arco Libros, 1998.
- LACAN, J. Escritos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1988.
- LAKOFF, R. T. Nine Ways of Looking at Apologies: The Necessity for Interdisciplinary Theory and Method in Discourse Analysis. In: SCHIFFRIN, D, TANNEN, D. e HAMILTON, H. E. (Ed.) The Handbook of Discourse Analysis. Oxford: Blackwell, 2005.
- LAMÍQUIZ, V. El Enunciado Textual: análisis lingüístico del discurso. Ariel: Barcelona, 1994.
- LAPLANCHE, J. y PONTALIS, J. B. Diccionario de Psicoanálisis. Barcelona: Labor, 1979.
- LOZANO, J. Análisis del Discurso: hacia una semiótica de la interacción textual. Madrid: Catedra, 1999.
- MAINGUENAU, D. Initiation aux Méthodes de l'Analyse du Discourse: problèmes et perspectives. Paris: Hachette, 1976.
- MAINGUENEAU, D. Novas Tendências em Análise do Discurso. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997a.
- MAINGUENEAU, D. Os Termos-Chave da Análise do Discurso. Lisboa: Gradiva, 1997b.
- MORGAN, G. (ed.) Beyond Method: strategies for social research. Califórnia: Sage, 1983.
- MORIN, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. S.P.:Cortez, 2001.
- MORIN, E. O Método 1: a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- NORRICK, N. R. Discourse and Semantics. In: SCHIFFRIN, D, TANNEN, D. e HAMILTON, H. E. (Ed.) The Handbook of Discourse Analysis. Oxford: Blackwell, 2005.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. & HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- PEREÑA, F. Formação discursiva, semântica y psicanálise. In: DELGADO, J. M. Y GUTIÉRREZ, J. (coords.) Métodos y Técnicas Cualitativas de Investigación en Ciencias Sociales. Madrid: Síntesis, 1994, cap. 17.
- POSSENTI, S. Discurso, estilo e subjetividade. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RECIO, F. Análisis del discurso y teoría psicanalítica. In: DELGADO, J. M. y GUTIÉRREZ, J. (coords.) Métodos y Técnicas Cualitativas de Investigación en Ciencias Sociales. Madrid: Síntesis, p. 225-240, 1994.
- REED, M. Organizational analysis as discourse analysis: a critique. In: GRANT, D., KEENOY, T. and OSWICK, C. Discourse and Organization. London: Sage, 1998.
- RICOEUR, P. Acte D'Investitura de Doctor Honoris Causa al Professor Dr. Paul Ricoeur. Barcelona: Universitat Ramon Llull, 2001.
- RICOEUR, P. El Discurso de la Acción. Madrid: Cátedra, 1988.
- RICOEUR, P. O Si-Mesmo como um Outro. Campinas: Papyrus, 1991.
- RODRÍGUES, C. F. Lingüística Pragmática y Análisis del Discurso. Madrid: Arco Libros, 2000.
- SEARLE, J. R. Actos de Habla: un ensayo de Filosofía del Language. Madrid: Cátedra, 1980.
- SIERRA, F. Función y sentido de la entrevista cualitativa en investigación social. In: CÁCERES, L. J. G. (coord.) Técnicas de Investigación en Sociedad, cultura y comunicación. México: Prentice Hall, 1998.
- SILVERMAN, D. Analysing Talk and Text. In: DENZIN, N. K. and LINCOLN, Y. S. The Handbook of Qualitative Research. 2 ed. London: Sage, 2000.
- SONTAG, S. Contra la Interpretación. Barcelona: Seix Barral, 1984.

- THATCHENKERY, T. J. Mining for Meaning: reading organizations using hermeneutic philosophy. In: WEESTOOD, R. and LINSTEAD, S. The Language of Organization. London: Sage, 2001.
- VALLES, M. S. Técnicas Cualitativas de Investigación Social: reflexión metodológica y práctica profesional. Madrid: Síntesis, 1997.
- VAN DIJK, T.A. La Notícia como Discurso: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós, 1990.
- VAN DIJK, T. A. Cognição, Discurso e Interação. São Paulo: Contexto, 2004.
- VAN DIJK, T. A. Critical Discourse Analysis. SCHIFFRIN, D, TANNEN, D. e HAMILTON, H. E. The Handbook of Discourse Analysis. Oxford: Blackwell, 2005.
- VERÓN, E. A Produção de Sentido. São Paulo: Cultrix Editora, 1990.
- WESTOOD, R. Appropriating the other in the discourses of comparative management. In: WEESTOOD, R. and LINSTEAD, S. The Language of Organization. London: Sage, 2001.
- WITTGENSTEIN, L. Investigações Filosóficas. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- WOODILLA, J. Workplace conversation: the text of organizing. In: GRANT, D., KEENOY, T. and OSWICK, C. Discourse and Organization. London: Sage, 1998.

Christiane Kleinübing Godoi

Doutora em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Mestrado Acadêmico em Administração – Universidade do Vale do Itajaí E-mail:
chriskg@univali.br
Endereço: Av. Mauro Ramos, 1323, ap. 902, CEP: 88020-302, Centro, Florianópolis, Santa Catarina.
Fone: 48 279 9552 e 48 9911 6062